

COMUNICAÇÃO POPULAR E POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO DAS ESTRATÉGIAS DA REDE E DO PODCAST BOLETIM WAYURI

Paulo Victor Costa MELO¹

Rosane STEINBRENNER²

RESUMO

Este artigo desenvolve um estudo de caso, descritivo e analítico, sobre a atuação e protagonismo indígena no fazer comunicacional popular e comunitário, tendo como foco principal a atuação da Rede Wayuri de Comunicação Indígena, vinculada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), no estado do Amazonas, no período de março de 2020 a dezembro de 2021, contexto esse em que se desenvolveu a pandemia da Covid-19, em especial o desenvolvimento do Podcast Boletim Wayuri, produto radiofônico produzido e publicado pela Rede. Com base na identificação de suas principais ações, de análise documental e de entrevista com uma das comunicadoras indígenas da Rede, buscamos responder a questão sobre como a Rede Wayuri utilizou a comunicação como ferramenta estratégica no compartilhamento de informações e realização de ações de combate à Covid-19, partindo da perspectiva do net-ativismo, da atuação coletiva da organização, do momento histórico, representado tanto por uma emergência global de saúde quanto pela política anti-indígena do governo da época, em que foram acentuados os desafios das lutas dos povos tradicionais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; pandemia; povos indígenas; net-ativismo; podcast.

¹ Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: paulo.melo@ilc.ufpa.br e ovitormelo@gmail.com

² Professora Associada da Faculdade de Comunicação (FACOM) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: steinbrenner@ufpa.br e nani.steinbrenner@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma perspectiva crítica e analítica sobre a atuação da Rede Wayuri de Comunicação Indígena³, integrada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)⁴, com enfoque sobre suas ações a partir da perspectiva da comunicação popular por ela produzida, em especial o desenvolvimento do *Podcast*⁵ Wayuri, produto radiofônico desenvolvido pela Rede, durante a pandemia de covid-19⁶ que provocou entre os povos indígenas, enquanto estavam sendo atualizados os dados desta pesquisa, 928 mortes e atingiu 162 povos⁷.

Durante a pandemia⁸, foi com o apoio da Rede Wayuri de Comunicação Indígena, mas também de outras instituições parceiras, que a FOIRN, ainda que com as medidas de isolamento social impedindo ações presenciais e grandes assembleias, conseguiu articular campanhas nas redes sociais para arrecadação de doações de alimentos e artigos de higienização, denunciar a falta de acesso a meios que garantissem o cumprimento dos protocolo de segurança de saúde dos povos indígenas do alto Rio Negro e ações de combate às *fake news*. Também foram pauta de denúncias outras tantas tentativas de ataques aos indígenas, inclusive por parte do Estado brasileiro, seja pela ação ou omissão que também expressa suas intencionalidades, encontrando nesse contexto a distração perfeita para “passar a boiada”⁹ e intensificar as violações que os povos tradicionais e seus territórios enfrentam.

Com as medidas de isolamento social em vigor, a Rede Wayuri, como outras organizações sociais, sobretudo no campo indigenista e indígena, encontrou nas plataformas digitais a possibilidade de viabilizar a continuidade de suas práticas, atividades e suas lutas,

³ Ver: Rede Wayuri. Disponível em: <<https://redewayuri.org.br/>> Acesso em 08 de setembro de 2022.

⁴ Ver: FOIRN. Disponível em: <<https://foirn.org.br/#inicio>> Acesso em 08 de setembro de 2022.

⁵ Entendemos o conceito de podcast como produtos radiofônicos emergentes dos novos processos de convergência midiática a partir da internet, à luz de pesquisas realizadas por Primo (2005) e Franco (2021).

⁶ Ver: O que é o novo coronavírus? (FIOCRUZ, 2020). Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/o-que-e-o-novo-coronavirus>> Acesso em 08 de setembro de 2022.

⁷ Ver: Comitê Nacional pela Vida e Memória dos Povos Indígenas. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/> Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

⁸ Até o momento de elaboração desta pesquisa a Covid-19 havia matado cerca de 690 mil pessoas somente no Brasil. Ver: Painel Coronavírus (BRASIL, 2022). Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em 08 de setembro de 2022.

⁹ A expressão foi utilizada pelo então Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, em uma reunião ministerial em abril de 2020 ao propor mudanças nas regras da legislação ambiental, aproveitando assim que as atenções estavam voltadas para a pandemia e evitar questionamentos na justiça. (G1, 2020). Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>> Acesso em 08 de setembro de 2022.

embora os povos indígenas no Brasil há muito têm feito da internet e das mídias alternativas canal importante para serem ouvidos e vistos (PEREIRA, 2018), em contraponto ao silenciamento, estigmatização e invisibilização históricos através dos meios de comunicação hegemônicos.

Nesse sentido, na perspectiva de Pereira (2018), compreende-se a internet enquanto território de vivências e resistências habitado por esses sujeitos, em uma ecologia que mescla a grande Rede às muitas redes complexas de fatos e ações localizadas no mundo concreto, no *offline*, como desdobramento dos dados compartilhados em formas de ações do ativismo indígena nas plataformas digitais.

Assim, seguindo o movimento de aumento da produção de programas no formato *podcast* que têm surgido nos canais de *streaming*, a Rede Wayuri, que possui um programa chamado Boletim Wayuri, publicado desde o ano de 2017, encontrou nesse formato uma ferramenta de potencial divulgação de informações de orientação às comunidades que integram a FOIRN, no que se refere ao enfrentamento da pandemia e suas consequências.

Compreendendo o fenômeno do *podcast* como uma nova emergência midiática no contexto da internet (PRIMO, 2005), sob a perspectiva da comunicação alternativa e do netativismo indígena (FRANCO; PEREIRA; MELO, 2021), salienta-se que a Rede Wayuri produziu e publicou 78 programas¹⁰ do Boletim Wayuri, em uma média de ao menos três episódios mensais, de março de 2020 a dezembro de 2021, sendo esses os dois anos de maior intensidade dos impactos causados pela doença no mundo todo, sobretudo no que se refere às populações originárias e tradicionais, historicamente vítimas do descaso do poder público nos mais diversos âmbitos.

Trata-se de um programa desenvolvido e publicado todos os meses durante o período observado, em plataformas de distribuição de conteúdos digitais com episódios que variam em seu tempo de duração, com alguns somando 5 minutos, outros em torno de 30 minutos até o mais longo com 44 minutos, apresentados em sua maioria pela jornalista indígena Cláudia Wanano¹¹, trazendo como entrevistados especialistas indígenas e não indígenas, membros e lideranças de organizações e comunidades indígenas, sempre abordando pautas de interesse desses povos, tanto em contexto regional, quanto nacional. Quanto à circulação do *podcast* e o modo como ocorre, bem como outros detalhamentos, inclusive sobre a própria Rede Wayuri,

¹⁰ Ver: Podcast Wayuri Disponível em: <<https://soundcloud.com/wayuri-audio>> Acesso em 03 de setembro de 2022.

¹¹ CARLOS QUINTO (2014), em uma matéria no site da Universidade de São Paulo (USP) indica que o povo Wanano é também conhecido como Kotiria e habitam a região do Alto Rio Negro estando presentes no Brasil e na Colômbia. <<https://www5.usp.br/noticias/educacao/escola-indigena-na-amazonia-intervem-na-sua-comunidade/>>

veremos mais adiante.

Com base ainda em pesquisas de organizações indígenas que buscaram mapear e documentar as marcas e impactos causados ao longo da pandemia de covid-19¹², este artigo propõe lançar um olhar sobre a atuação e protagonismo indígena no fazer comunicacional contra-hegemônico e responder a questão sobre *como a Rede Wayuri utilizou sua forma comunitária de produzir comunicação como ferramenta estratégica no compartilhamento de informações e realização de ações de combate à Covid-19*, considerando o momento histórico vivido, representado não apenas pelo vírus, mas principalmente pela política anti-indígena do governo Bolsonaro, em que são acentuados os desafios das lutas dos povos tradicionais no Brasil.

Este artigo está dividido em cinco seções, além da introdução e conclusão. Na primeira seção intitulada “Pandemias, Conflitos Socioambientais, Povos Indígenas e Resistências” delinearemos brevemente o contexto histórico colonial em que estão inseridas as populações indígenas no Brasil sob o aspecto de outros momentos em que esses sujeitos foram vítimas de doenças em decorrência do contato com não indígenas, dos conflitos socioambientais por disputas por terra, responsáveis por centenas de mortes no campo nos últimos anos, além de outros atravessamentos como racismo, negacionismo, o desmonte de políticas e instituições públicas de assistência aos povos originários no Brasil.

Na segunda seção, demonstraremos o trajeto metodológico de construção deste trabalho, na perspectiva de um estudo de caso que inclui como ferramentas a coleta de dados, análise documental e uma entrevista realizada com a comunicadora indígena e integrante da Rede Wayuri, Juliana Albuquerque, da etnia Baré, bem como o aporte teórico e a sistematização das informações coletadas e como isso se conecta para dar corpo à pesquisa.

Já na terceira seção, “Comunicação no Alto Rio Negro”, apresentaremos a Rede Wayuri e sua formação, como um dos elementos principais da FOIRN onde está inserida, e sua atuação de fortalecimento às lutas e causas do movimento indígena por meio da comunicação, através de suas plataformas e os produtos que veicula.

Na quarta seção “O uso da Comunicação na Pandemia” construiremos um panorama das principais ações da Rede Wayuri, a veiculação e potencialização dos conteúdos produzidos pela organização, buscando identificar, descrever e compreender os usos de suas ações estratégicas em relação à autonomia da organização na construção desse processo como

¹² Ver: CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021. 2022. CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020. 2022. ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lucia de Moura (org.). **A gente precisa lutar de todas as formas: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil.**

reação ao cenário de crise humanitária e emergência sanitária.

Por fim, na quinta seção, “Rio Negro Nós Cuidamos” traçamos um breve perfil das ações e resultados alcançados através da campanha Rio Negro Nós Cuidamos desenvolvida pela Rede Wayuri junto à FOIRN, fundamental para a consolidação de todas as atividades da Federação no auxílio as comunidades no enfrentamento da pandemia.

2 Pandemia, Conflitos Socioambientais, Povos Indígenas e Resistências

Desde a invasão e conquista pelos europeus aos territórios ancestrais que vieram a ser chamados Américas, os povos originários que aqui habitam são vitimados, embora não sem resistência, por inúmeros problemas e conflitos decorrentes desse encontro resultante de um projeto de poder empreendido pela lógica colonizadora. Lógica essa de exploração reiterada, que vê na floresta e nesses territórios um farto e inesgotável campo de 'recursos', *commodities* a serem exploradas de forma ilimitada. Uma imposição embalada, nas palavras de Ailton Krenak, pela “ideia de que os brancos europeus poderiam sair colonizando o mundo” (2020, p.11) em uma missão 'divina' de resgatar o 'novo mundo' para a construção eurocêntrica de civilização, embalada pelo estranhamento epistêmico do Outro, naquilo que Aníbal Quijano irá nominar de "colonialidade do poder" (2005, p. 127). Um modo de relação inaugural assimétrica, que tem o racismo como padrão de poder e classificação social, usado como justificativa para a exploração humana e expropriação da natureza. Um olhar exógeno, reiterado no tempo, passado e presente, que ignora aspectos cosmológicos, culturais, linguísticos, entre tantos outros elementos de construção de sujeitos para quem o rio, a montanha, a floresta, os animais não humanos “não são algo de que alguém possa se apropriar; (são) parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico” (*ibid.*, p. 40).

Ao longo dos processos de expansão colonizadora em nome da noção predatória de "progresso", como resultado da violência material e simbólica dos "brancos", os povos originários e tradicionais têm sido vitimados fatalmente pelas “epidemias *xawara*”, como coloca David Kopenawa, xamã do povo Yanomami (KOPENAWA; ALBERT 2015, p. 201). Epidemias essas que se apresentam tanto como elementos biológicos estranhos aos corpos dessas populações, dizimando milhares (RIBEIRO, 1986, p. 141), quanto como resultado da ganância e exploração próprias do sistema econômico global que tem devorado terra, gente, floresta ao longo dos últimos séculos, o que Franco (2015, p. 15) chama de “ataques cosmo-fágicos”, ou seja:

um processo da predação ocidental que chega às aldeias e engole mundos. A predação ocorre de duas maneiras: no próprio extermínio das populações; e nos atos sutis, na violência simbólica, na presença da política, na transmissão de doenças. Apagam-se as memórias, as práticas ritualísticas, as brincadeiras de pátio, populações inteiras somem do mapa. É a marca da nossa história, a extinção de povos que já existiam aqui por milhares de anos.

Desse apetite neoextrativista - que Svampa aponta ser o "aprofundamento da lógica (colonial) de espólio" (2016, p. 22) - por áreas onde estão as riquezas naturais, em geral protegidas pelos povos tradicionais como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pequenos agricultores etc. - surgem inerentemente conflitos socioambientais, entendidos, conforme a autora, como "aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens e do território [...] em um contexto de grande assimetria de poder" (2016, p. 44). Tais disputas têm levado ao assassinato de inúmeras lideranças desses grupos e mesmo de ativistas e defensores de direitos humanos, que fazem frente às imposições da lógica colonial/capitalista, patriarcal, genocida e outrocida¹³.

A partir dessa perspectiva histórica, é possível identificar na pandemia de Covid-19 mais uma atualização do processo de dizimação das populações indígenas no país. Não apenas pela doença em si, mas principalmente pelo cenário histórico que se impôs, em que a omissão do Estado brasileiro diante das violências cometidas contra as populações tradicionais se manifestaram de formas diversas: pela escolha político-ideológica e estratégica de um governo que se recusou a demarcar terras indígenas e quilombolas, que fomentou o desmonte de políticas públicas em relação à proteção dos territórios indígenas e assim se constituindo em estratégia e política de extermínio daqueles que possivelmente são o último obstáculo entre a ganância do sistema econômico e a preservação da floresta de pé. Como afirma Steinbrenner (2021, p. 165):

É também guerra permanente que atinge cotidianamente com sua violência estrutural outros grupos sociais classificados historicamente por marcadores sociais de exclusão – etnia, raça, classe ou gênero –, alvos pré-determinados pela matriz colonial de uma sociedade racista, patriarcal, homofóbica e antropocêntrica: o povo preto, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos (LGBTQI+), os demais povos tradicionais, os camponeses, as minorias e jovens em periferias urbanas, os direitos da natureza. Agravada

¹³ O termo "outrocida", utilizado pelo escritor Eduardo Galeano no livro "Ser como Eles" (2000), assim como "genocídio", se refere a formas de violência contra os índios. A primeira, a sua aniquilação concreta, o extermínio de sua etnia. A segunda, o apagamento da cultura indígena, de tudo aquilo que a torna uma outra cultura em relação àquela dominante, a eliminação da diferença.

por um governo federal neoliberal de ultradireita e negacionista, entram na mira mais recente da violência estrutural os cientistas, os jornalistas, os artistas, ativistas ambientais e dos direitos humanos, e os antifascistas. Uma guerra sem trégua que nos coloca numa encruzilhada civilizatória contra o obscurantismo.

Desse modo, no que diz respeito ao contexto específico deste estudo, faz-se necessário apresentar alguns dados fundamentais desenvolvidos por organizações com papel fundamental no enfrentamento desse processo junto aos povos indígenas, para a compreensão do cenário instalado durante a pandemia.

Conforme denunciou o “Relatório - Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil” desenvolvido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), construído com base em dados do ano de 2020, o governo do presidente Jair Bolsonaro representou um agravamento da situação pandêmica “pela omissão do governo federal em estabelecer um plano coordenado de proteção às comunidades indígenas” (CIMI, 2021, p. 8), naquilo que Steinbrenner chama de “agravamento colonial” (2021). O estudo revelou que naquele ano houve 182 assassinatos de indígenas, número 61% maior do que no ano anterior; a categoria de violência contra a pessoa somou 304 casos; na categoria de violência por omissão do poder público foram totalizados 133 suicídios indígenas e 177 casos de desassistência na educação escolar, saúde, disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas, e mortes por desistência à saúde. O estudo destaca que embora nessa categoria não tenha havido aumento em relação a 2019, “os casos de “violência por omissão do poder público” em 2020 mantiveram-se, junto com o ano anterior, em um patamar elevado em relação ao registrado nos anos anteriores” (*ibid.* p. 9). No ano de 2021 o agravamento da violência continua¹⁴. No total, das 19 categorias de violências mapeadas no relatório, houve aumento em 15 delas (CIMI, 2022, p. 8-9).

Ainda no ano de 2020 o presidente da República vetou grande parte dos artigos do Projeto de Lei (PL) nº 1142 que previa assistência na área da saúde, logística e de distribuição de água potável (DE OLIVEIRA, 2021, p.13), vetos mais tarde derrubados garantindo a vitória a favor das populações indígenas. Além disso, com orçamento reduzido e insuficiente para ano de 2020, foi autorizada uma verba extra para as ações da Funai, para combate à pandemia, “no valor de R\$ 18,3 milhões em recursos extraordinários, e redirecionados R\$ 23 milhões”, mas apenas pouco mais da metade dos recursos foi empregada até o fim daquele

¹⁴ Foram registrados no ano de 2021, entre os dados contidos no relatório do CIMI, 176 assassinatos indígenas, apenas 6 a menos que no ano anterior; 148 suicídios, o maior desde 2014 quando o CIMI começou a realizar esse tipo de monitoramento; 1.294 casos de violências contra o patrimônio; 355 casos de violência contra a pessoa; 1.294 casos de violência contra o patrimônio (CIMI, 2022).

ano (*ibid.* p. 14).

Outro fator importante, na soma da equação dos absurdos cometidos pelo governo Bolsonaro, está o negacionismo e, de forma ainda mais perigosa, as falácias que o então presidente mencionou publicamente desacreditando a ciência em tom de “piada” - como no caso em que chegou a levantar a possibilidade da vacina contra a Covid provocar efeitos colaterais, como se tornar um jacaré ou mesmo nascer barba em mulheres¹⁵ - num imenso desserviço à saúde pública do país. Em um cenário de incertezas, falas desse tipo reforçaram a disseminação de *fake news* pelas redes sociais com mensagem sobre efeitos colaterais tão bizarros e nocivos quanto as palavras do presidente, mas que afetaram os grupos indígenas de forma peculiar. “Por mais que pareça mera ‘piada’, nas cosmovisões e simbolismos indígenas, a transformação de um homem para um outro ser (não humano) é perfeitamente possível” (*ibid.* 46). A exemplo disso, o relatório do CIMI destaca que na “Amazônia, 71% dos indígenas não teriam sido vacinados porque as mentiras divulgadas sobre a vacina, propagadas via estado brasileiro, fez com que os indígenas tivessem receio quanto a sua eficácia” (*ibid.* 45).

Agravante ainda foi o atraso no monitoramento, repasse de informações e adoção de medidas de controle da situação, além da subnotificação de casos, sobretudo de indígenas em contexto urbano a partir do apagamento das identidades desses sujeitos, considerando apenas aqueles que estão dentro dos territórios indígenas conhecidos tradicionalmente. Um exemplo da procrastinação quanto à devida atenção à notificação dos casos foi a primeira morte entre os indígenas provocada pela Covid, uma idosa do povo Borari, em Alter do Chão, no município de Santarém (PA), ocorrido em 29 de março de 2020, mas confirmado somente dias depois, em 1º de abril, sem qualquer citação da identidade indígena dela. Isso demonstra a lacuna de dados deixada pela SESAI no monitoramento dos casos, que só foi preenchida por organizações do movimento indígenas que de forma paralela passaram a agir nesse sentido (HACON; PONTES; 2022 p. 84-85).

Esses são apenas alguns dos dados disponíveis dentro do universo de pesquisas e iniciativas de organizações do movimento indígenas ou ligados a ele, em uma tentativa de documentar o processo de “genocídio” (CRUZ, 2022, p. 333-367) levado a cabo contra os povos originários no Brasil nos últimos anos¹⁶.

¹⁵ Ver: Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’. (ISTOÉ, 2020). <<https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-vice-um-jacare-e-problema-de-voce/>>

¹⁶ Ver: Bolsonaro é denunciado por genocídio em Haia, em processo guiado por advogado indígena (EL PAÍS, 2021). Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-09/bolsonaro-e-denunciado-por-genocidio-em-haia-em-processo-guiado-por-advogado-indigena.html>> Acesso em 05 de outubro de 2022.

Reação, resistência e o uso da comunicação

Em contraposição aos ataques do Estado brasileiro às comunidades indígenas, o movimento indígena ganhou visibilidade e força em várias ações de resistência no período. Com o apoio de diversos setores da sociedade, as comunidades indígenas de todo o Brasil se uniram em manifestações e ações contra a “tese do marco temporal” como ficou conhecida o PL 490/2007, retirada de pauta e sua votação adiada em vários momentos durante a pandemia¹⁷. Esta é uma das formas institucionais mais nefastas de negação do direito originário dos povos indígenas aos seus territórios, garantido pela Constituição de 1988, uma negação de grupos conservadores ligados ao neoextrativismo (agronegócio, mineração, exploração ilegal de madeira) que chancela violências e violações dos direitos desses sujeitos, sobretudo no campo (ZÉLIC, 2022, p. 267).

O vigor e criatividade da resistência indígena também foi demonstrada através de diversas iniciativas realizadas durante o período pandêmico, como por exemplo, a *live* “Maracá – Emergência Indígena”, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em 2020, com o objetivo de arrecadar fundos, dar visibilidade ao combate da Covid entre os povos indígenas e que contou com a presença de lideranças indígenas, artistas e personalidades de grande relevância no cenário público nacional e internacional (STEINBRENNER, 2021, p. 159) . Ou ainda a versão digital do Acampamento Terra Livre, realizado há 15 anos presencialmente em Brasília, todos os anos, mas que tanto em 2021, com o lema “demarcar as telas e ocupar as redes”, quanto em 2022, ocorreu de forma criativa no território digital da internet.

Os exemplos acima mostram como essas populações também têm se apropriado fortemente de elementos das tecnologias digitais da informação e comunicação como alternativa para amplificar suas vozes, estendendo suas lutas em defesa de seus territórios para além dos limites e espaços geográficos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

¹⁷Ver: Indígenas voltam a protestar em Brasília contra marco temporal para demarcação de terras. (G1, 2021). Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/25/indigenas-voltam-a-protestar-em-brasilia-contramarco-temporal-para-demarcacao-de-terras.ghtml>> Acesso em 12 de setembro de 2022.

A Rede Wayuri como parte da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) surgiu para esta pesquisa após os trabalhos realizados pelo projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) “Observatório Pan-amazônico de Comunicação, Culturas e Resistências”¹⁸, que tem como objetivo identificar, mapear e compreender iniciativas coletivas, comunitárias de comunicação na Amazônia brasileira como expressão da resistência às diversas ameaças e violências contra o ecossistema e suas populações, a partir do mapeamento de organizações atuantes em conflitos socioambientais na região e entendendo a “comunicação como elemento indissociável à resistência” (STEINBRENNER, BRITO, GUERREIRO NETO, 2019), bem como reconhecer e salientar o protagonismo dos sujeitos construtores e produtores dessas narrativas.

Nessa perspectiva, entendendo a pandemia como um contexto agravado dos conflitos socioambientais, partimos, num primeiro momento, de caráter exploratório, para um levantamento de informações gerais da FOIRN, buscando reconhecer o caráter do seu trabalho e que características ou ações nos chamariam mais atenção, mas, importante dizer, já havia um claro viés preliminar de análise sobre a atuação da Federação no combate à pandemia, o que nos levou ao trabalho desenvolvido pela rede de comunicadores dessa organização.

Como já indicado, este é um estudo de caso em nível exploratório (GIL, 2002, p.130) onde nos preocupamos em analisar um produto de uma organização indígena localizada em um cenário histórico e político, apresentando o fenômeno, observando e refletindo sobre as dinâmicas sejam sociais, culturais ou comunicacionais em que está inserida, prezando pela "objetivação do fenômeno; (a) hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar (a) precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 7). Para isso, lançamos mão de ferramentas metodológicas diversas, como o levantamento exploratório e documental sobre o tema e objeto do estudo, a análise documental e entrevista aberta.

Num primeiro momento, optamos por uma exploração “informal e relativamente livre, no qual o pesquisador procura obter, tanto quanto possível, entendimento dos fatores que exercem influência na situação que constitui o objeto de pesquisa” (GIL, 2002, p.130). Isso

¹⁸ Para saber mais sobre o projeto de pesquisa "Observatório Pan-amazônico - Culturas e Resistências", atualmente em nova versão intitulada "Conflitos socioambientais, comunicação e resistências na Amazônia Brasileira" (PPGCOM/UFPA), ver Steinbrenner et al. (2021) - <https://sphera.ucam.edu/index.php/sphera-01/article/view/424/14141478>

nos possibilitou identificar ligeiramente a relação entre a Rede Wayuri e a Federação da qual faz parte, a FOIRN, o que nos revelou o aspecto de sua autonomia e seu modo de produzir comunicação, que se tornou ainda mais evidente na entrevista com uma jornalista indígena da Rede, utilizada como uma das bases desta pesquisa (*ibid.* p.130).

Estabelecer contato e obter a cooperação da organização estudada se configura como um ponto chave da coleta de dados do estudo de caso (*ibid.* p.132). Em princípio encontramos certa dificuldade em conseguir contato com a Rede Wayuri e mais tarde durante os contatos estabelecidos ficou claro que isso se devia principalmente pela dificuldade de acesso à internet na região. Foi então, que durante a realização do X Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa), em Belém (PA), em julho de 2022, na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde estiveram presentes lideranças e membros de diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil do Brasil e de outros países, conseguimos entrar em contato com Juliana Albuquerque, comunicadora indígena da etnia Baré¹⁹, produtora e locutora da Rádio Wayuri. Aproveitamos a oportunidade para realizar uma entrevista aberta ali mesmo, como parte da coleta de dados que já vinha sendo feita sobre a organização, tendo em vista que Juliana, além de comunicadora da Rede é parte importante do processo de construção do podcast, produto aqui também brevemente analisado. Esse contato estabelecido e a cooperação da organização estudada com a pesquisa se configura como um ponto chave da coleta de dados do estudo do caso da Rede Wayuri e a comunicação que desenvolve como estratégia de resistência (*ibid.* p.132).

Fizemos uso, portanto, de uma entrevista aberta com o objetivo de “obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão” como estabelece Boni e Quaresma (2005, p. 74). Em tal entrevista com uma abordagem fluida, buscamos exercitar uma escuta ativa, o que nos possibilitou compreender aspectos fundamentais do processo de disseminação do conteúdo produzido pela organização entre as comunidades indígenas, que será abordado mais à frente.

Quanto ao recorte temporal escolhido, nos chamou atenção o conjunto de ações da Rede Wayuri de Comunicação Indígena voltado tanto à formação de novos comunicadores,

¹⁹ Segundo o Instituto Socioambiental, os indígenas do grupo Baré habitam a região ao longo do Rio Xié e alto curso do Rio Negro e atualmente são falantes do nheengatu, resultado da perda de suas línguas originais que pertenciam à família linguística Aruak, em decorrência do contato com não indígenas. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bar%C3%A9>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

bem como à mobilização de apoio e assistência às comunidades por ela organizada entre março de 2020 a dezembro de 2021, período de maior intensidade dos impactos causados pela doença no mundo todo, sobretudo no que se refere às populações originárias e tradicionais. Uma dessas ações, intitulada “Rio Negro Nós Cuidamos”, visava a arrecadação de recursos para assistência das comunidades que integram a organização durante a emergência sanitária. Posteriormente, entre as ferramentas e ações utilizadas pela Rede, saltou-nos aos olhos o podcast Boletim Wayuri, tendo em vista sua facilidade de localização e acessibilidade na internet por se tratar de conteúdo de *streaming*.

Foram localizados 78 episódios do podcast que possuíam conteúdo relevante para a substancialidade das ações da Rede, inclusive por seus impactos como destacado na entrevista com Juliana Albuquerque, além do reconhecido trabalho de combate à desinformação possibilitado pela capacidade de alcance desse conteúdo. Apesar das informações sistematizadas, neste artigo não faremos uma análise aprofundada desses dados do podcast em si, mas sim buscaremos entendê-lo no contexto do conjunto de ações desenvolvidas pela Rede Waayuri, por conseguinte pela FOIRN, como estratégias de mobilização e combate à desinformação nos territórios indígenas do Rio Negro, no estado do Amazonas, durante a pandemia da Covid 19.

Entendemos "estratégia", a partir de uma visão mais holística, não apenas voltada aos objetivos finalistas da organização - o que no caso da FOIRN e da Rede Wayuri seria o combate à desinformação e a mobilização em apoio às comunidades indígenas naquele momento dramático da pandemia - mas também a partir de uma dimensão sociocultural (MASSONI, 2013 apud. KUNCH, 2023), que diz respeito à sinergia entre planificação de ações, de forma mais interativa e compartilhada, com a realidade das comunidades.

4 COMUNICAÇÃO NO ALTO RIO NEGRO

Para falarmos da Rede Wayuri, é importante que antes falemos da organização da qual faz parte, a Federação das Organizações indígenas do Rio Negro, ou simplesmente FOIRN. Trata-se de uma associação civil com sede no município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Essa organização atua ainda, sobre outros dois municípios amazonenses, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. É importante notar a dimensão de pertencimento e relevância do movimento indígena na região. Basta uma busca rápida pelo nome do município sede da organização para perceber que a cidade é denominada

“a cidade mais indígena do Brasil”, isso porque no Censo do IBGE de 2010 em São Gabriel da Cachoeira viviam mais de 29 mil indígenas, tornando-a a cidade brasileira com o maior número de indígenas. Já no último Censo realizado em 2022²⁰, o município perdeu o posto para a capital, Manaus, que concentra 28,98% do número de indígenas do país, com 71,7 mil. Agora, São Gabriel da Cachoeira ocupa o segundo lugar entre as cidades com maior número de habitantes indígenas, somando 48,3 mil indivíduos.

A FOIRN teve origem em abril de 1987 durante a realização da Segunda Assembléia dos Povos Indígenas, em São Gabriel da Cachoeira (SOARES, 2012, p. 36) e seu principal objetivo é articular ações em defesa dos direitos dos povos indígenas. Dessa organização fazem parte indígenas de 23 etnias diferentes²¹: Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kubeo, Makuna, Mirity-tapuya, Pira-tapuya, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuca, Kotiria, Baniwa, Coripaco, Hupda, Yuhupde, Dâw, Nadöb, Baré, Warekena e Yanomami. De acordo com as informações disponíveis no site da própria organização, 750 famílias integram essas comunidades.

Durante as pesquisas para compor este estudo, pudemos perceber como a FOIRN é uma organização que dispõe não apenas de grande autonomia, mas de fortalecimento institucional e impacto com as ações a que se propõe, em grande parte por atuar em rede com outras organizações. Exemplo disso foi a doação de uma usina de oxigênio feita pelo Greenpeace à Federação²², como resultado de esforços conjuntos desta com outras organizações nos trabalhos realizados para a contenção da pandemia, haja vista que o estado do Amazonas foi um dos estados que vivenciou um dos momentos mais dramáticos da pandemia com a falta de oxigênio em hospitais e os insumos mais básicos para o tratamento dos pacientes, em mais uma demonstração da omissão do governo Federal no enfrentamento desse cenário.

Já a Rede Wayuri, de acordo com informações coletadas tanto no site da FOIRN quanto no site próprio da Rede, é formada por um grupo de aproximadamente 30 comunicadores indígenas de etnias diversas: Baré, Baniwa, Desana, Tariana, Tuyuka,

²⁰ Ver: Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vivem na Amazônia Legal. (CABRAL, Umberlândia; GOMES, Irene. Agência IBGE Notícias, 2023) Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>> Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

²¹ Ver: Etnias do Rio Negro. (ISA, s.d) Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Etnias_do_Rio_Negro> Acesso em 12 de novembro de 2022.

²² Ver: Cidade mais indígena do Brasil, São Gabriel da Cachoeira se isola contra a Covid-19. (ISA, 2021) Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/sao-gabriel-da-cachoeira-am-cidade-mais-indigena-do-brasil-inaugura-usina-de-oxigenio>> Acesso em 12 de novembro de 2022.

Piratapuia, Tukano, Wanano, Hup'dah, Yanomami e Yeba Masã. Todos de etnias que compõem a Federação. O nome Wayuri, conforme a explicação de Cláudia Wanano no Boletim de número 51, significa em *nheengatu* "trabalho coletivo ou mutirão", e no contexto de São Gabriel da Cachoeira é sinônimo de comunicação, devido ao trabalho desenvolvido pela organização e sua relevância em levar informação confiável às comunidades e portando um importante fator no fortalecimento dessa população, suas lutas e da própria Federação.

A organização foi criada a partir da I Oficina de Formação da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro²³, resultado da parceria entre a FOIRN e o Instituto Socioambiental, ISA. Realizada nos meses de outubro e novembro do ano de 2017, a oficina contou com a orientação da jornalista Leticia Leite, apresentadora de outro *podcast* importante no cenário indígena, o "Copiô, Parente!"²⁴, do ISA; de Juliana Radler, jornalista e assessora do ISA junto à FOIRN, além dos comunicadores indígenas da Rádio Yandê, Renata Tupinambá e Anapuáka Tupinambá. Em seu site, a Rede destaca ainda que desde a sua criação conta com o apoio da Fundação Rainforest²⁵, da Noruega, do Fundo Talmapais²⁶, do cantor Bera²⁷ e da União Europeia²⁸.

Delinear todo o contexto e cenário descrito até aqui nos ajuda a compreender o papel desempenhado pela Rede Wayuri no processo de promover autonomia e protagonismo na produção e circulação de informação e narrativas próprias, movimento fundamental de resistência diante do histórico silenciamento imposto pelos meios tradicionais e hegemônicos de comunicação e ainda mais no momento extremo da pandemia.

Como explica Cicília Peruzzo, "as investigações sobre comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processo no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo" (1998, p. 114), Dessa forma, a comunicação produzida no Alto Rio Negro coincide com a perspectiva de Peruzzo sobre a comunicação popular, como um processo comunicacional de construção de

²³ Ver: I Oficina de Formação/2017 Disponível em: <<https://redewayuri.org.br/oficina-de-formacao-2017/>> Acesso em 13 de novembro de 2022.

²⁴ Ver: Copiô, Parente! Disponível em: <<https://soundcloud.com/socioambiental/sets/copio-parente>> Acesso em 14 de novembro de 2022.

²⁵ Ver: Rainforest Foundation. Disponível em: <<https://rainforestfoundation.org/>> Acesso em 14 de novembro de 2022.

²⁶ Ver: Talmapais Trust. Disponível em: <<https://www.tamtrust.org/pt/home-2/>> Acesso em 14 de novembro de 2022.

²⁷ Ver: Bera Ivanishvili é um artista pop da Geórgia que já doou R\$ 4,5 milhões (1,1 milhão de dólares) para a floresta e se tornar o embaixador do #PovosDaFloresta, lançada este ano pela ONG Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/conheca-bera-cantor-da-georgia-que-doou-r-45-mi-para-amazonia>> Acesso em 14 de novembro de 2022.

²⁸ Ver: Portal da União Europeia. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/index_pt> Acesso em 14 de novembro de 2022.

autonomia, protagonizado pelos povos subalternizados e invisibilizados pelas insituições dominantes no sistema, uma comunicação ativa em sua ação sobre os aspectos da realidade com o intuito de transformá-la, aos moldes do que evoca o nome *wayuri*, ou seja, de forma coletiva, conjunta. O conteúdo de “caráter crítico-emancipador” dessa experiência comunicacional “é essencialmente configurado por denúncias das condições reais de vida, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo coletivo” (*ibid.* p. 125).

5 O USO DA COMUNICAÇÃO NA PANDEMIA

Se por um lado, conforme o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, há, no curso da história, “um roteiro para o extermínio dos povos originários no Brasil”, agudizado durante todo o governo Bolsonaro (CIMI, 2020, p. 223), de outro lado, tem sido possível verificar uma grande “pororoca”²⁹ etnomidiática de resistência, como alternativa para afirmação, fortalecimento e enfrentamento dessas populações ao genocídio e violências diversas sofridas. São, por exemplo, roteiros radiofônicos, boletim a boletim, como os publicados pela Rede Wayuri e de outras rádios indígenas comunitárias ou parceiras, espalhadas pelo Brasil, que se somam nesse movimento.

De fato, a internet, as redes sociais e a revolução promovida pelas diversas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que impactam o mundo ao longo das últimas décadas, promoveram também grandes mudanças na forma dos povos originários no Brasil comunicarem suas demandas e lutas por direitos e representatividade. Nos últimos anos, seus territórios têm se expandido para além das limitações físicas, através das TICs, expandindo suas fronteiras culturais, linguísticas, cosmológicas, constituindo assim, como explica Massimo Di Felice (2020), uma nova forma de habitar o digital, simbiótica, a medida em que físico e digital se mesclam e se recombinaem ressignificando os espaços reivindicados por esses sujeitos através do “ato conectivo” (DI FELICE, 2020, p. 124), inclusive com outros sujeitos e outras lutas, possibilitando estratégias diversas e ampliadas de enfrentamento e de modos de (r)existir.

²⁹ Pororoca: trata-se de um fenômeno natural ocasionado pela combinação de condições climáticas e aspectos físicos da terra que ocorrem em vários mundo afora, mas na região amazônica ficaram conhecidos dessa forma. O termo e origem tupi, significa “grande estrondo” e ocorre do encontro de correntes fluviais e marítimas, produzindo fortes ondas de até 7 metros nos rios influenciados por efeitos gravitacionais da lua e do sol sobre as marés (SUPERINTERESSANTE, 2018). Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-a-pororoca/>> Acesso em 10 de outubro de 2022.

Apesar desses avanços, as dificuldades de acesso à internet são um desafio permanente para a Rede Wayuri, assim como para diversas comunidades indígenas no Brasil. Desafio acentuado em cenários de emergência, principalmente quando impedidos de circular livremente durante o necessário isolamento durante a fase aguda da pandemia, quando os meios de comunicação, com destaque para a internet, transformaram-se globalmente nos principais canais de informação e orientação para enfrentar a realidade de medo e incertezas.

Nesse sentido, o relato de Juliana Albuquerque (2022) quanto à forma como o produto da Rede era disseminado em razão do obstáculo que representa a falta de acessibilidade à internet, deixa ainda mais claro as dimensões desse problema. A comunicadora nos destaca que :

A maioria das aldeias não tem internet. Então como vai baixar um podcast? A dificuldade de internet, aí ia se passando nos pendrives, no cartão de memória, no celular. Foi passando, porque a gente tem o celular, mas chega lá na aldeia e não tem internet para baixar, mas aí você consegue passar um áudio para as pessoas. Esses áudios eram colocados na rádio poste que tem nas aldeias. Aí todas essas gravações eram enviadas para o pendrive, a pessoa chegava lá, colocava e a comunidade toda ouvia. Porque lá, as comunidades têm a tradição de tomar café todos juntos, a comunidade toda, então no período da pandemia foi feito isso. E são 750 comunidades de abrangência da Federação, da FOIRN, que abrange três municípios, ou seja, nós não estamos só em São Gabriel, a Rede Wayuri não está só em São Gabriel. Ela está no município de Santa Izabel, município de Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, a gente tem comunicadores nesses três municípios, a gente não está exclusivamente só em São Gabriel. (ALBUQUERQUE, 2022)

Essa experiência híbrida - que soma o digital ao não digital - remete-nos à concepção do “net-ativismo” de Di Felice, de uma forma de resistência exercida a partir de um processo comunicacional construído de forma coletiva, constituindo dessa maneira “uma singular condição habitativa colaborativa que (permite) o trânsito informativo e a conexão entre os dispositivos tecnológicos, os dados, as pessoas e as territorialidades informatizadas” (DI FELICE, 2020, p. 115). Superam-se, assim, barreiras muitas vezes impostas pela carência de infraestrutura ou pela repressão das instituições, expandem-se alcance e relevância da interação entre sujeitos, permitindo um compartilhamento dinâmico de informações e agregando outros sujeitos e organizações a partir da identificação entre processos similares de resistência. De tal forma, a atuação net-ativista da Rede Wayuri, em meio às circunstâncias apontadas, caracterizam-se enquanto ações em rede que desaguam na convergência solidária de:

pessoas, dados, softwares, dispositivos, redes sociais digitais, territorialidades informativas etc. – que tecem a emergência de um novo tipo de ecologia (eko-logos) não mais opositiva e separatista, mas estendida não só aos elementos biológicos não humanos, mas também às tecnologias informativas, às entidades territoriais, às entidades territoriais, às diversas superfícies, capazes de conectar e de fazer interagir tudo o que existe no interior da biosfera. (DI FELICE, 2020, p. 123).

Nosso contato com Juliana como sujeito integrante e atuante na construção do podcast Wayuri e sua narrativa de como esse produto é desenvolvido e compartilhado, nos permitiu compreender, na perspectiva de Alex Primo, as particularidades de “como esses atores interagem entre si e com a tecnologia que permite a virtualização do tempo e do espaço, que outrora imporia barreiras para tal intercâmbio” (PRIMO, 2005, p. 10). A exemplo do que explica Franco (2021), tais particularidades revelam um profundo traço de resiliência nas formas de resistência das comunidades indígenas, como no caso da Rede Wayuri.

É interessante entender que a falta de sinal de Internet não é um empecilho para o compartilhamento. O rio Amazonas, seus afluentes e lagos adjacentes dão suporte para uma complexa rede de troca de informações, armazenadas em pequenos dispositivos que, levados nas embarcações amazônicas, chegam às comunidades mais longínquas. Essa característica reticular desenha uma forma ecológica que conecta a floresta ao digital. (FRANCO, 2021, p. 368).

Embora nosso objetivo aqui não seja discutir números de acessos ao podcast, vale observar que os programas publicados possuem um número muito pequeno de visualizações³⁰, particularmente quando se pensa nos números das comunidades que a Rede Wayuri cobre, mas nessa direção Primo (2005) também esclarece que “os efeitos sociais do podcasting podem ganhar força através da interconexão sistêmica de pequenas redes”. No caso dos boletins da Rede de comunicadores indígenas do Alto Rio Negro, podemos pensar que estas pequenas redes se constituem a partir de uma comunicação que flui pelos rios, levada em pequenos dispositivos móveis, compartilhados via aparelhos de celular, ecoando e se mesclando aos sons da floresta a cada reunião das aldeias para ouvir os boletins.

6 RIO NEGRO, NÓS CUIDAMOS!

Entre as ações estratégicas da Rede Wayuri que mapeamos durante a pandemia,

³⁰ De acordo com o número de reproduções contabilizadas pela plataforma *Sound Cloud* nos programas considerados nesse levantamento de dados, foi possível calcular 75.5 reproduções em média.

destaca-se a campanha “Rio Negro, Nós Cuidamos!”³¹ liderada pelo Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN (DMIRN), com o apoio do ISA. A mobilização, além de arrecadar fundos para a segurança alimentar das famílias, a aquisição de recursos como máscaras, álcool em gel e sabão, também resultou na compra de cinco aparelhos de radiofonia, estratégicos na comunicação das comunidades e da Rede, garantiu que fossem impressos materiais informativos nas línguas indígenas, além de serviços de carro de som. Como resultados da campanha, foram confeccionadas 20 mil máscaras com máquinas de costura compradas com as arrecadações, 3.379 cestas básicas, e ainda, a cartilha intitulada “Coronavírus (Covid-19) – Tome cuidado, parente!”³² traduzida para as línguas baniwa, dâw, hupda, nheengatu e tukano. Durante a entrevista com Juliana, a jornalista nos contou sobre o funcionamento da campanha e a atuação da Rede Wayuri:

Tudo o que acontece na FOIRN a gente divulga na nossa rede e posteriormente ela faz a mesma coisa, mas essa captação de materiais, de álcool em gel de recursos, foi tudo feito pela FOIRN, mas divulgado pela Rede Wayuri. Então foi uma divulgação assim, que você precisa divulgar para captar. Essa divulgação ocorria através de *WhatsApp*, a campanha se chamou ‘Rio Negro, Nós Cuidamos’, através do departamento de mulheres. E até hoje nós cuidamos, porque não parou, não é só na pandemia que existe fome, não foi só na pandemia que existiu falta de assistência nas terras indígenas, nas comunidades, existe ao longo de todo o ano, mas no período da pandemia isso foi piorando. Então até hoje, a ‘Rio Negro, Nós Cuidamos’ continua captando recursos, não parou, ou seja, a pandemia veio, mas a FOIRN conseguiu um meio de captação de recurso para que pudesse ajudar as aldeias, as famílias que estavam isoladas lá, porque até de pescar as peixes foram proibidas, porque tem povo de recém contato que não tem toda essa resistência que a gente tem. Tudo isso fez com que não parasse essa captação de recursos que continua até hoje. E também a FOIRN, através do departamento de mulheres, conseguiu mobilizar as mulheres para costurarem máscaras e fazerem os chás tradicionais. E mobilizaram as mulheres costureiras, mães das pessoas que trabalham dentro da FOIRN, juntaram os comunicadores e conseguiram fazer essa mobilização para distribuição de máscara, porque tinha acabado máscara, tinha acabado álcool em gel, não tinha oxigênio, não tinha remédio, tudo o que era de remédio para gripe ficou em um valor absurdo, então as pessoas não tinham condições de comprar. (ALBUQUERQUE, 2022)

Como resultado do trabalho desenvolvido pela Rede Wayuri e FOIRN durante a pandemia, de mobilização e conscientização das comunidades quanto a prevenção contra pandemia, mas principalmente por seu trabalho de produção de conteúdos informativo próprio nas diversas línguas indígenas, importante combate à desinformação e *fake news*, a Rede

³¹ Ver: Rio Negro, Nós Cuidamos! Disponível em: <<https://noscuidamos.foirn.org.br/>> Acesso em 18 de outubro de 2022.

³² Ver: Especial Coronavírus. Disponível em: <<https://foirn.org.br/especial-coronavirus-covid-19/>> Acesso em 03 de novembro de 2022.

Wayuri recebeu o *Prêmio Estado de Direito 2022*³³, do *World Justice Project*, entregue à Rede na cidade de Haia, na Holanda, durante o Fórum Mundial de Justiça de 2022.

Ilustração: Ações da Rede durante a pandemia



Fonte: Print do site da organização - <https://redewayuri.org.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa em formato de estudo de caso de caráter exploratório, buscou responder *como a Rede Wayuri utilizou a comunicação como ferramenta estratégica no compartilhamento de informações e realização de ações de combate à Covid-19*, considerando o momento histórico vivido, representado não apenas pelo vírus, mas principalmente pela política anti-indígena de um governo de ultra direita, em que são acentuados os desafios das lutas dos povos tradicionais no Brasil.

A partir de ferramentas diversas, tendo a análise documental e a entrevista aberta como cerne, a pesquisa nos permitiu observar a atuação da Rede Wayuri enquanto organização indígena atuante no cenário pandêmico, análogo a tantos outros contextos históricos que afetam profundamente os povos originários no Brasil, movendo de forma estratégica ferramentas que estavam à sua disposição, sendo a comunicação comunitária e popular a principal delas, como forma de resistência ao contexto de ameaças imposto pelos

³³ Ver: Rede Wayuri é premiada em Haia por inovação e combate à desinformação (2022) Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/rede-wayuri-e-premiada-em-haia-por-inovacao-e-combate-desinformacao>

riscos à saúde que a pandemia representou, principalmente de março de 2020 à dezembro de 2021, recorte temporal selecionado para a pesquisa.

Identificamos a atuação dessa organização como uma expressão do net-ativismo, como entendem Franco e Di Felice, como uma expressão de novas formas de habitar os espaços digitais convertidos em territórios de luta que se configuram híbridos e integradores, para além do geográfico (digital e não digital, humano e não humano), capazes de tecer "a emergência de um novo tipo de ecologia" a partir de novas formas de um fazer comunicativo tecido pelas tramas de uma "convergência solidária". São exemplos dessa convergência e hibridez a produção e distribuição de conteúdo radiofônico, tecnologia de comunicação das mais utilizadas pela Rede Wayuri para superar cenários de precária infraestrutura de conexão à internet e assim garantir a efetividade de suas ações e objetivos em levar informação às comunidades que integram a FOIRN. Isso se evidencia na disseminação do podcast, em seu compartilhamento vivido pelas rádios-poste, durante reuniões nas aldeias, como “extensões, de resistência e de luta” (FRANCO; PEREIRA; MELO, 2021, p.375), na concretização de espaços de autonomia, onde possam ser ouvidos e possibilitar que outras vozes de dentro de suas comunidades também possam ser ouvidas e os saberes compartilhados.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lucia de Moura (org.). **A gente precisa lutar de todas as formas: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil**- 1. ed.- São Paulo : Hucitec, 2022. 577 p.

ALBUQUERQUE, Juliana. **Entrevista concedida a Paulo Victor Costa Melo (Vitor Lou)**, durante o X Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa), Belém (PA): UFPA, julho de 2022.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021**. 2022. Disponível em:<<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>> Acesso em: 05 out. 2022.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020**. 2022. Disponível em:<<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>> Acesso em: 05 out. de 2022.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. 2022: Movimento indígena e o Tribunal Penal Internacional (TPI): genocídio e estratégias de litigância durante a gestão bolsonarista. In: **A gente precisa**

lutar de todas as formas: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil- 1. ed.- São Paulo : Hucitec. 2022, p. 333-367.

CTIC.BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020: edição COVID-19. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

DE OLIVEIRA, A. E. C. 2020: violências contra os povos indígenas – a perplexidade que nos assombra. In: **RELATÓRIO – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020.** Conselho Indigenista Missionário - Cimi. 2021, p. 12-15.

FELICE, Massimo Di. **Net-ativismo:** da ação social para o ato conectivo. – 1ª ed. – São Paulo: Paulus Editora, 2017. – Coleção Comunicação.

FRANCO, Thiago Cardoso; DA SILVA, Marcelo Rodrigo. **Cosmofagia e net-ativismo indígena brasileiro, durante a pandemia da Covid-19.** Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación N.º 145, diciembre 2020 - marzo 2021 (Sección Monográfico, pp. 181-196). Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7718835.pdf>> Acesso em: 11 out. 2022.

GALEANO, Eduardo. **Ser como eles.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>> Acesso em 10 de novembro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

HACON, Vanessa; PONTES, Ana Lúcia de Moura. 2022: A disputa de narrativas em torno dos dados acerca dos impactos da pandemia de Covid-19 entre os povos indígenas. In: **A gente precisa lutar de todas as formas:** povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil- 1. ed.- São Paulo : Hucitec. 2022, p. 83-123.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **Queda do céu:** Palavras de um xamã yanomami; tradução Beatriz Perrone-Moisés - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2020

KUNSCH, Margarida K.. Relações Públicas Planejamento da Comunicação Estratégica nas Organizações. In: SAMPAIO, Adriano de Oliveira, FERREIRA, Giovandro M.; CARVALHO, Claudiane (Orgs). **Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas.** Salvador: EDUFBA, 2023, p. 33-46.

LIEBGOTT, Roberto Antonio. Entre a omissão, a negligência e a desinformação: a pandemia da Covid-19 e a pandemia da política. In: **RELATÓRIO – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020.** Conselho Indigenista Missionário - Cimi. 2021, p. 39-48.

PEREIRA, Eliete. **A ecologia digital da participação indígena brasileira**. PPGCOM – UFJF, v. 12, n. 3, p. 93-112, Juiz de Fora, set./dez. 2018.

PRIMO, Alex. **PARA ALÉM DA EMISSÃO SONORA**: as interações no podcasting. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 13, p. 1-23, julho/dezembro 2005. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4210>> Acesso em: 03 nov. 2022.

PERUZZO, C.M.K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em: 11 set. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração de populações indígenas no Brasil Moderno. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1986.

STEINBRENNER, Rosane. MARACÁ - EMERGÊNCIA INDÍGENA: um acontecimento-levante midiático decolonial. In: LAGE, Leandro Rodrigues (Org.). **Imagens da resistência: dimensões estéticas e políticas**. Salvador: EDUFBA, 2021, v. 1, p. 159-200. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34654> Acesso em: 15 out. 2022.

STEINBRENNER, R.A.; ESTEVES, L. C.; PEREIRA DOS SANTOS, E. Y CORREA, P.V.. **Comunicación y resistencia frente a conflictos socioambientales en la Amazonia paraense**, Sphera Publica, 1(21), 2021, p. 159-184. Disponível em: <https://sphera.ucam.edu/index.php/sphera-01/article/view/424/14141478> Acesso em 12 out. 2022.

ZÉLIC, Marcelo. 2021: Mecanismos de não-repetição: um esforço de futuro sustentável. In: **RELATÓRIO – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021**. Conselho Indigenista Missionário - Cimi. 2022, p. 266-276.